



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Contrato de Prestação de Serviços nº
004/2018 - SEPLAG/DF, nos termos do
Padrão nº 01/2002.

Processo SEI nº 00410-00016224/2017-77

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

O Distrito Federal, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO** com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**, portadora da cédula de identidade RG n.º 973748, expedida pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **RHUMO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - EPP**, doravante denominada **CONTRATADA**, CNPJ/MF nº 00.595.828/0001-30, com sede na Rua Conde de Linhares, 747, Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG, CEP 30.380-030, representada por **SÉRGIO CAMPOS PEREIRA RAMOS**, portador da cédula de identidade nº 01-013460/D, expedida pelo CRA/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 500.783.726-15, na qualidade de Diretor Presidente.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 128/2017-SCG/SEPLAG/DF (3349473), a Proposta (3806286) e demais elementos constantes do Processo nº 00410-00016224/2017-77 e das Leis nº 8.666/1993, 10.520/2005, Decreto Federal nº 5.450/2005, Decreto Distrital nº 23.460/2002 e Decreto Distrital nº 36.519/2015.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria especializada em Dimensionamento da força de Trabalho, para capacitação, transferência de conhecimento da metodologia e execução conjunta da força de trabalho da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão -SEPLAG, conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência (3018659), do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 128/2017-SCG/SEPLAG/DF (3349473) e a Proposta (3806286), que passam a integrar o Contrato.

Parágrafo Único - Detalhamento do Objeto: A empresa contratada deverá prestar os serviços, objeto deste Contrato, em etapas, conforme informadas no item 2 do Termo de Referência (3018659), cujo cumprimento dá ensejo ao pagamento do preço ajustado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O valor total do contrato é de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais), procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, que tem adequação com o Plano Plurianual 2016/2019, a Lei Orçamentária Anual para 2018, Lei n.º 6.060, publicada em 29/12/2017 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 5.950, de 02/08/2017, conforme Declaração de Orçamento SEPLAG/DIPLAN/GEORC/NUPRO (4846078) e tabela a seguir:

Contratação de consultoria especializada em Dimensionamento da Força de Trabalho, para capacitação, transferência de conhecimento da metodologia e execução conjunta da força de trabalho da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG.	
DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
Etapas I - Elaboração de plano de trabalho e sensibilização da alta gestão	R\$ 32.500,00
Etapas II – Capacitação para transferência da metodologia	R\$ 97.500,00
Etapas III – Entrega do Relatório da execução	R\$ 162.500,00
Etapas IV – Entrega do Manual	R\$ 32.500,00
Valor Global	R\$ 325.000,00

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I - Unidade Orçamentária: 320101
- II - Programa de Trabalho: 04.122.6203.3711.6195
- III - Natureza da Despesa: 4.4.90.35
- IV - Fonte de Recursos: 135012109

6.2. O empenho é de R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais), conforme Nota de Empenho 2018NE00132, emitida em 29/01/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após a conclusão de cada etapa conforme quadro discriminado abaixo:

ETAPA	DESCRIÇÃO	%
1	Elaboração de plano de trabalho para execução de todas as atividades/etapas e evento de sensibilização da alta gestão.	10%
2	Transferência da metodologia de dimensionamento da força de trabalho, repassando terminologias, técnicas e os conhecimentos necessários de forma a permitir a compreensão de todas as etapas da atividade de dimensionamento de força de trabalho. Capacitar 40 servidores da SEPLAG para aplicação da metodologia referida no item anterior, por meio de curso presencial, a ser realizado na Escola de Governo – EGOV, do Distrito Federal. Por meio da capacitação e tecnologia assimilada, os servidores que se submeterem à capacitação deverão estar habilitados à proposição de diretrizes e normas que possam orientar o dimensionamento da força de trabalho, quando necessário.	30%
3	Executar o dimensionamento da força de trabalho necessária à SEPLAG, com acompanhamento dos servidores da SEPLAG capacitados na Etapa II, de forma a identificar a quantidade ideal e a quantidade mínima de servidores em cada unidade, com base nos seguintes documentos: Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015 e Regimento Interno; Carta de Serviços da Secretaria, disponibilizado no site www.seplag.df.gov.br . Elaborar relatório da execução, com resultados obtidos, apontando, ainda, riscos, pontos fortes e fracos, entraves, entre outros aspectos que favoreçam a multiplicação da aplicação da metodologia.	50%
4	Elaborar “manual” a ser utilizado pela SEPLAG contendo as especificações de todos os passos, formulários, tabelas e critérios a serem observados para dimensionamento da força de trabalho ideal e mínima, por unidade de trabalho, o qual poderá ser multiplicado para outros órgãos do Governo do Distrito Federal.	10%

7.2. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.4. Para efeito de pagamento serão consultados os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores de certidões relacionadas à verificação da regularidade fiscal da Contratada.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

9. CLÁUSULA NONA – DAS GARANTIAS

O Contratado terá o prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura deste Contrato, para prestar a garantia no valor correspondente a **3% (três por cento)** do valor do Contrato, que corresponde ao valor de R\$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais) podendo optar por qualquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme estabelecido no Termo de Referência e Edital. Lembrando por oportuno, que em caso de caução, o depósito deverá ser feito exclusivamente no Banco de Brasília S/A – 070 (BRB), Agência 0100, C/C 800.482-8, em nome da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, tendo como beneficiário esta Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL (CONTRATANTE)

10.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

10.2. Indicar o executor interno do Contrato, conforme art. 67 da Lei 8.666/93 e Dec. 32.598/2010;

10.3. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;

10.4. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

10.5. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;

10.6. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado.

10.7. Constituem demais obrigações da contratante o disposto no item 12 do Termo de Referência - Anexo I do Edital (3349473), conforme seguir:

- 10.7.1. Disponibilizar infraestrutura para realização dos cursos, a serem ministrados na Escola de Governo – EGOV, incluindo sala de aula, com computador e projetor, ou, ainda, laboratórios com computadores individuais, conforme plano de trabalho aprovado;
- 10.7.2. Aprovar o conteúdo programático após a fase de alinhamento às necessidades do Governo do Distrito Federal;
- 10.7.3. Aprovar o cronograma de realização das aulas;
- 10.7.4. Indicar os servidores que acompanharão o dimensionamento da força de trabalho da SEPLAG, e deverão participar do curso descrito na Etapa II do Detalhamento do Objeto do Termo de Referência - Anexo I do Edital (3349473);
- 10.7.5. Proceder à supervisão e aceite dos serviços prestados, bem como o recebimento provisório ou definitivo;
- 10.7.6. Designar o Executor do Contrato;
- 10.7.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, fornecendo aos servidores matriculados formulário de avaliação para que possam anotar suas impressões sobre o conteúdo dos cursos que lhes forem ministrados;
- 10.7.8. Efetuar os pagamentos ajustados;
- 10.7.9. Comunicar formalmente à contratada quaisquer falhas verificadas na execução do contrato, determinando o que for necessário à sua regularização;
- 10.7.10. Disponibilizar sala para desenvolvimento dos trabalhos da equipe da contratada, no ambiente da SEPLAG, conforme definido no plano de trabalho;
- 10.7.11. Absorver a metodologia utilizada pela contratada, de forma a promover sua multiplicação;
- 10.7.12. Permitir o livre acesso dos empregados da contratada para execução dos serviços; e
- 10.7.13. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 11.1. A Contratada fica obrigada a apresentar ao Distrito Federal:
- I - até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
 - II - comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.
- 11.2. Efetuar o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.
- 11.3. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.
- 11.4. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.5. A Contratada declarará a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública.
- 11.6. É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de 08 de março de 2013.
- 11.7. Constituem demais obrigações da contratada o disposto no item 11 do Termo de Referência - Anexo I do Edital (3349473), conforme a seguir:
- 11.7.1. Participar das reuniões prévias para alinhamento do conteúdo programático às necessidades do Governo do Distrito Federal;
- 11.7.2. Ajustar o conteúdo programático às necessidades do contexto do Governo do Distrito Federal, para aprovação, antes do início das capacitações;
- 11.7.3. Disponibilizar aos alunos servidores todos os recursos didáticos e pedagógicos necessários ao acompanhamento e aperfeiçoamento dos conhecimentos do curso, inclusive material didático em meio digital;
- 11.7.4. Responsabilizar-se pelos custos referentes ao deslocamento, hospedagem, alimentação e honorários dos instrutores/tutores;
- 11.7.5. Elaborar e fornecer à contratante, inclusive em meio digital, relatório final após concluídos todos os módulos de capacitação;
- 11.7.6. Substituir o instrutor que não atenda os critérios de avaliação definidos no projeto pedagógico;
- 11.7.7. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada;

- 11.7.8. Atender às solicitações da contratante relacionadas ao acompanhamento e controle dos serviços prestados;
- 11.7.9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação;
- 11.7.10. Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais, fiscais e comerciais resultantes da contratação;
- 11.7.11. Dar ciência ao executor do contrato de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
- 11.7.12. Garantir a transferência do conhecimento da metodologia aos servidores da SEPLAG, incluindo ferramenta de tecnologia da informação, se for o caso, conforme Etapa II do Detalhamento do Objeto do Termo de Referência - Anexo I do Edital (3349473);
- 11.7.13. Elaborar “manual” a ser utilizado pela SEPLAG, conforme item 2.4.1 do Termo de Referência - Anexo I do Edital (3349473);
- 11.7.14. Capacitar 40 servidores da SEPLAG conforme item 2.4.2 do Termo de Referência - Anexo I do Edital (3349473);
- 11.7.15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 8.666/1993;
- 11.7.16. Arcar com todos os custos necessários para a execução do serviço, incluindo despesas dos tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir;
- 11.7.17. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e do Instrumento Convocatório (3349473), com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 11.7.18. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Distrito Federal ou a terceiros;
- 11.7.19. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.7.20. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.7.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.7.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
- 11.7.23. Respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.449, de 12 de janeiro de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra mulher.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.
- 12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

- 13.1. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços, conforme Item 8 do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 128/2017-SCG/SEPLAG/DF (3349473).
- 13.2. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 128/2017-SCG/SEPLAG/DF (3349473) e/ou no Contrato decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no **Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pág. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006.**

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

14.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do Art. 79, II, da Lei nº 8.666/93, mediante manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

14.2. É inexistente qualquer possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos pela empresa contratada, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados desta e a Administração, nos termos do art. 71, § 1º da Lei nº 8.666/93. (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EXECUTOR

O Distrito Federal, por meio da SEPLAG, designará um Executor e ou Comissão Executora para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Pelo Distrito Federal:

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Secretária de Estado de Planejamento Orçamento e Gestão

Pela Contratada:

SÉRGIO CAMPOS PEREIRA RAMOS

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Matr.0267083-6, Secretário(a) de Planejamento, Orçamento e Gestão - Substituto(a)**, em 19/02/2018, às 17:40, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO CAMPOS PEREIRA RAMOS, Usuário Externo**, em 26/02/2018, às 17:55, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= 5300619 código CRC= 79055428.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti 11º andar - Sala 1100 - Bairro Brasília - CEP 70075-900 - DF